

DEMOCRACIA DIGITAL

PROJETO DEMOCRACIA DIGITAL

Sumário Executivo

PROJETO DE PESQUISA

Democracia Digital

INSTITUIÇÕES EXECUTORAS

Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP)

Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (GEPI). Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP).

COORDENAÇÃO

Profª Dra. Maria Alexandra Cunha

Profª Dra. Mônica Steffen Guise

Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho Teixeira

EQUIPE DE PESQUISA

Alexandre Pacheco da Silva

Eduardo Alves Lazzari

Maria Camila Florêncio da Silva

Rodrigo Moura Karolczak

Stefania Lapolla Cantoni

Taiane Ritta Coelho

Thomaz Anderson Barbosa da Silva

PESQUISADORES ASSISTENTES

Larissa Spinola

Lucas Marinho

Nina Rentel Scheliga

CONTATO

Email: ceapg@fgv.br

VISITE NOSSO SITE!

<http://democraciadigital.fgv.br>

Orçamento participativo, consultas e audiências públicas com participação virtual do público, enquetes, gabinetes digitais, portais de transparência e de dados abertos, fóruns de discussão e interação com cidadãos pelas redes sociais são só alguns dos inúmeros exemplos de iniciativas governamentais que têm o meio digital como o seu *locus* de operação. Se por um lado os governos vêm reconhecendo a importância das tecnologias de informação (TICs) e percebe-se investimentos crescentes de recursos na área, por outro, ainda é necessário avançar nos efeitos causados nas instituições públicas.

O Projeto Democracia Digital vem sendo conduzido por pesquisadores da Fundação Getulio Vargas, em duas frentes. Enquanto um grupo da FGV-EAESP se debruça sobre o uso das TICs pelos governos subnacionais e federal, pesquisadores da FGV Direito SP investigam como a sociedade civil vem se apropriando dos dados públicos disponibilizados *on-line*. Juntas, as duas equipes criaram uma plataforma eletrônica capaz tanto de disseminar os resultados da pesquisa como também disseminar iniciativas já existentes na área.

Este Resumo Executivo apresenta resultados da pesquisa na FGV-EAESP, cujo objetivo proposto é o de prospectar, analisar e mapear as iniciativas governamentais de Dados Abertos, Participação Digital e Transparência Governamental.

Agradecemos à Fundação Getulio Vargas por prover o financiamento e todos os recursos para o desenvolvimento deste projeto. Agradecemos à equipe da FGV Direito SP pela parceria e, também, aos especialistas que se dispuseram a participar dos Workshops de validação dos instrumentos e resultados de pesquisa e aos que hoje estão aqui conosco.

SOBRE A PESQUISA

O principal objetivo da Pesquisa Democracia Digital, em relação às iniciativas governamentais, é compreender como os governos brasileiros estão se apropriando da tecnologia da informação na disponibilização de dados abertos e em iniciativas de transparência e participação digital. Intenciona também evidenciar desafios enfrentados por governos e gestores públicos no país na implementação das iniciativas.

Empregou-se um conjunto de métodos quantitativos e qualitativos, cuja fonte principal foram dados primários coletados a partir da observação de sites do governo federal, estadual e municipal. Ao todo foram visitados 125 *websites* governamentais, 18 portais de dados abertos (ou de transparência que indicam a existência de arquivos em formato aberto) e 18 iniciativas de eParticipação. Para validação de construtos e resultados, o projeto se utilizou de *workshops* com especialistas antes dos procedimentos de campo e após a obtenção dos primeiros resultados.

Os resultados definiram um panorama da transparência governamental, dos dados publicamente abertos e das iniciativas de eParticipação para municípios, estados e governo federal brasileiro. Encontrou-se um cenário de avanços em relação à prática dos anos recentes, porém muitos desafios ainda são percebidos.

Em suma, em relação à Transparência, os resultados indicam que os dados disponibilizados são voltados principalmente para o atendimento das exigências legais, havendo desigualdade na transparência das diferentes esferas governamentais. Para Dados Abertos, a criação de portais para a reunião de diferentes arquivos e dados públicos ainda é incipiente, sendo que os dados financeiros são as categorias mais disponibilizadas aos cidadãos. Já para eParticipação, percebeu-se que as iniciativas pretendem muito mais informar os governos

sobre a vontade pública do que permitir a tomada de decisões pelos participantes envolvidos.

TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

Transparência governamental, na literatura acadêmica, **é a disponibilização de informações governamentais, facilmente acessíveis e capazes de permitir ao público monitorar e controlar as ações dos agentes e das instituições públicas.**

A visão predominante a respeito de transparência é otimista. O acesso a informação é visto como um instrumento eficaz para a construção de uma democracia efetiva, diminui a assimetria entre a sociedade e o governo e permite que cidadãos façam escolhas melhor orientadas. No entanto, mais recentemente, alguns pesquisadores percebem também a possibilidade de surgirem efeitos negativos indesejáveis a partir da maior disponibilização de dados governamentais (quadro 1).

EFEITOS POSITIVOS

- Fortalece a cultura de abertura
 - Reforça a confiança
- Limita oportunidades para comportamentos indesejáveis
- Expõe operações governamentais ao escrutínio
 - Facilita a boa governança
 - Estimula o desempenho
- Aumenta a eficiência na alocação dos recursos
 - Serve como ferramenta de monitoramento e avaliação do desempenho dos representantes e servidores públicos

EFEITOS NEGATIVOS

- Reduz a eficiência administrativa
- Aumenta o custo marginal das operações governamentais
- Burocratiza a relação entre cidadãos e governos
- Reduz a legitimidade dos governos quando detalhes das informações disponibilizadas são deliberadamente utilizadas para intimidar e cercear o escrutínio público
- Não há relação absoluta proporcional entre transparência e legitimidade

Quadro 1 - Transparência, efeitos positivos e negativos

O consenso é que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem

o aumento da transparência governamental, seja ampliando os meios de publicização das informações, automatizando os processos de divulgação ou diversificando os canais de comunicação entre governantes, gestores e cidadãos.

Ao analisar o **panorama atual de transparência governamental do governo federal, dos estados e grandes municípios brasileiros**, a pesquisa buscou identificar os diversos tipos de dados disponibilizados, não se restringindo àqueles que são determinados pela legislação. Cinco categorias de variáveis foram analisadas (quadro 2).

Categoria	Descrição
Formas e Informações de contato	Canais de comunicação abertos, horários de atendimento, números de telefone e endereços que permitem o contato do cidadão com o governo.
Perfil em redes sociais	Existência e disponibilização dos perfis institucionais nas diversas redes sociais.
Facilidades e Integração	Funcionalidades oferecidas para facilitar o acesso, o uso e a integração do cidadão com o portal governamental.
Informações gerais	Informações institucionais relacionadas à estrutura do governo, à localidade e aos representantes estatais (políticos e dirigentes)
Prestação de contas	Divulgação de relatórios orçamentários, patrimoniais e financeiros que permitem o controle e o acompanhamento dos atos públicos.

Quadro 2 - Categorias de análise

O **Índice de Transparência (IT)** é composto pelo somatório dos índices de cada categoria, ou seja:

$$IT = FIC + PRS + FI + IG + PC$$

A observação dos sites governamentais foi realizada nas esferas federal, estadual e municipal. No **governo federal**, pesquisou-se o **portal principal e os portais de 39 ministérios e secretarias especiais**; na esfera estadual coletou-se informações de **25 portais dos governos estaduais** (Sergipe estava com o *site* fora do ar) e na esfera municipal buscou-se informações das **26 capitais e de outros 34 municípios brasileiros acima de 400 mil habitantes**.

PANORAMA DA TRANSPARÊNCIA

A esfera federal tende a ter mais indicadores altos de transparência do que as esferas estadual e municipal. Apenas dois indicadores são exceção: as formas de comunicação e a presença em redes sociais (tabela 1).

Tabela 1 - Indicadores de transparência

	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
PRS	10	5,5	5,7
FIC	10	7,8	6,4
FI	10	7,9	6,0
IG	10	9,7	7,8
PC	10	9,8	7,4
IT	50	40,7	33,4

Merece ser destacado:

- poucos *websites* possuem espaços exclusivos para denúncias, porém a maioria disponibiliza um 'Fale Conosco';
- praticamente todos os *websites* do governo federal oferecem 'Ferramenta de busca', 'Perguntas Frequentes' e 'Mapa do Site', porém nas esferas estadual e municipal apenas a 'Ferramenta de busca' é encontrada em mais de 50% dos casos;
- poucos oferecem uma 'Ferramenta de Suporte ou Ajuda ao usuário' (taxas abaixo de 35% nas três esferas);
- apenas 49% dos municípios pesquisados disponibilizam alguma 'Facilidade de acesso às pessoas com deficiência';
- enquanto 98% dos portais do Governo Federal disponibilizam a agenda da pasta, apenas 35% dos Estados e 10% dos municípios a divulgam;
- todos os portais do governo federal e dos Estados disponibilizam o PPA, a LDO e a LOA, porém cerca de 10% dos municípios não o fazem;
- 'Informações sobre o representante do governo', 'Registro de competências' e

'Estrutura de governo' apresentaram altas taxas em todas as três esferas;

- a categoria 'Prestação de contas' apresentou a maior diferença entre o Governo Federal e as demais esferas subnacionais, em que há um percentual relevante de informações obrigatórias omitidas (por exemplo, apenas 38% dos Estados e 22% dos municípios listam bens móveis e imóveis em seus portais);
- há diferenças marcadas entre os índices estaduais e municipais conforme as regiões do país.

TIPOS DE TRANSPARÊNCIA E TIPOS DE DOCUMENTOS A QUE SE DÁ TRANSPARÊNCIA

Os portais governamentais estão sendo mais usados para disponibilizar informações (publicação e relatório), aspectos relacionados a responsabilização e controle democrático (abertura e *accountability*) estão sendo menos explorados.

Os governos estadual e municipal atendem as determinações da lei em relação à transparência das contas públicas e dos processos licitatórios, mas restringem a transparência ao que é legalmente determinado.

GRUPOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO A TRANSPARÊNCIA

Os indicadores nas categorias que compõem o IT não se distribuem de forma homogênea, e permitem identificar, mediante análise de *cluster*, se há padrões de comportamentos similares e distintos entre os 26 estados e entre os municípios e capitais,

Tanto estados, quanto municípios formam três agrupamentos:

- Agrupamento 1 - Maior Índice de Transparência (IT): mais populosos, com

melhor PIB, Renda per capita, melhor IDH. Concentram-se sobretudo nas regiões Sul e Sudeste.

- Agrupamento 2 – Medianos: são aqueles que possuem perfil intermediário, nem tão pobres e pequenos, mas também não tão grandes e ricos. Concentram-se na região Centro-Oeste e Nordeste

- Agrupamento 3 – Menor Índice de Transparência (IT): menos populosos, com menor PIB, menor Renda per capita e pior IDH.

Outro aspecto relevante são as diferenças regionais. Os Estados e municípios com melhores ITs concentram-se no Sul e Sudeste enquanto os piores estão na região Norte. Problemas na disponibilidade de infraestrutura e estágio de informatização podem estar contribuindo para este indicador. A investigar, se há risco de se exigir padrões idênticos de transparência para governos que se encontram desigualmente avançados em relação às suas estruturas de tecnologia.

DADOS ABERTOS

Dados Abertos refere-se à **publicação e disseminação das informações do setor público na Internet, compartilhados em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade (W3C, 2014).**

A pesquisa considerou os oito princípios que devem ser respeitados pelo governo para que os dados disponibilizados sejam considerados como Dados Abertos (OPENGOVDATA.ORG, 2007), complementados com outros dois princípios identificados na literatura sobre o tema.

Há marcos recentes na abertura de dados governamentais brasileiros: em 2011, o país se tornou membro fundador da Open Government Partnership (OGP) e publicou-se a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), depois de um longo processo de

discussão no Legislativo nacional. Na ocasião, instituiu-se um Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA) e o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto – cuja primeira versão teve vigência até o ano de 2013, renovado por um novo plano com vigência até o presente ano. Em 2012, instituiu-se Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). Por último, tem-se a elaboração do Portal de Dados Abertos. Contudo, relatórios recentes da própria OGP demonstram que é preciso um esforço constante do governo para que a cultura de disponibilização de arquivos em formatos abertos seja uma constante governamental.

Diante de todos esses fatos, tornou-se importante **investigar a disponibilidade de conteúdo e registros fornecidos nos portais dos governos municipais, estaduais e federal brasileiro.**

Pesquisando por dados em formato aberto nos portais de todos os ministérios e secretarias especiais do Governo Federal, todos os estados e capitais brasileiras e todos os municípios acima de 400 mil habitantes, foi possível encontrar 18 *websites* governamentais que se dedicam de forma clara à divulgação de dados abertos, assim divididos: 1 portal do Governo Federal, 9 portais de governos estaduais e 8 portais de governos municipais. Também foram encontrados dados abertos não sistematizados nos portais dos Executivos de mais 2 estados, 5 municípios e 7 ministérios ou secretarias com status ministerial. Desta forma, **além do Governo Federal, a disponibilização de dados em formato aberto atualmente é feita por 13 municípios e 11 estados.**

Buscou-se os dados por três mecanismos: *links* nos portais dos governos; *links* nos portais de transparência; mecanismo de busca eletrônica - *Google*. Percebe-se que os dados abertos vêm sendo mais comumente associados com a política de transparência governamental.

Foram investigados quatro temas: Política e Catálogo de Dados Abertos, Informações disponibilizadas ao usuário; Dados setoriais; Formato de dados abertos

POLÍTICA E CATÁLOGO DE DADOS ABERTOS

Seis governos subnacionais possuem uma 'Política de Dados Abertos' e a disponibilizam nos seus portais, sendo que três estão regulamentadas. No Portal de Dados Abertos do Governo Federal não foi localizada a política de dados abertos. Além do Governo Federal, 6 estados e 4 municípios disponibilizam um Catálogo de Dados Abertos

INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO USUÁRIO

O Governo Federal e cinco governos subnacionais, sendo 4 municípios e 1 estado, apresentam algum tipo de mecanismo de incentivo ao uso de Dados Abertos. Entre os mecanismos, estão a criação de Hackatons, a chamada para desenvolvimento de aplicativos, a divulgação de aplicativos já desenvolvidos, os fóruns de discussão, os convites para publicação de dados e cursos.

Quanto às facilidades, os governos subnacionais se preocupam em fazer uma conexão entre o portal de dados abertos ao portal principal do governo (10 casos) ou a outros portais de dados abertos (5 casos) e disponibilizam mapa do site (5 casos).

Investigando a existência de parcerias, apenas 2 municípios e 1 estado declaram parcerias com outros governos, um município e um estado com empresas não governamentais, um município possui parceria com universidades ou institutos de pesquisa e um município possui parceria com outras ONGs. Já em relação ao Governo Federal detectou-se parcerias com outros governos, com empresas e com organizações não governamentais.

DADOS SETORIAIS

Os dados financeiros/orçamentários são os mais divulgados em formato aberto, disponibilizados em 16 dos 18 portais observados. Dados da área de saúde estão em segundo lugar. Em contrapartida, dados demográficos e relacionados a lazer foram os menos encontrados.

FORMATO DOS DADOS ABERTOS

Na publicação dos dados, o formato preferido por todas as esferas é o CSV, seguido do JSON. Poucos são os divulgados no formato XML e nenhum documento em formato RDF.

Alguns estados brasileiros (GO, ES e SP) divulgam seus dados por meio de *webservices*. Rondônia e Pará também disponibilizam os dados financeiros e orçamentários desta forma, apesar de não terem portal de dados abertos. Nenhum portal, contudo, disponibiliza um Catálogo de *webservices*.

DISCUTINDO OS RESULTADOS

Embora haja grandes esforços e inúmeros avanços, a publicação de dados governamentais em formato no Brasil ainda é incipiente. Cerca de 33,3% dos Estados disponibilizam seus dados em formato aberto de forma estruturada sendo que nos governos de municípios de grande porte esse número é ainda menor: 21,31%.

Ao que parece, a estratégia é a de priorização dos dados orçamentários e financeiros reflexo provável da legislação federal, em especial as leis de Responsabilidade Fiscal e de Acesso a Informação.

Outros argumentos a favor do uso de dados abertos – tais como o estímulo à economia local e a prestação de serviços por parte de empresas a partir de dados governamentais – aparentam não estar sendo considerados pelos governos locais.

Por fim, os formatos mais comuns de dados abertos no Brasil (CSV, JSON e XML) não são aqueles que a literatura considera como sendo os de maior facilidade de uso.

PARTICIPAÇÃO DIGITAL

Nesta pesquisa, Participação digital – ou eParticipação – **refere-se a uma forma de participação política a partir da utilização de ferramentas e artefatos de tecnologia da informação e comunicação, capazes de estabelecer um processo dialógico (com diferentes níveis de interação) entre cidadãos, governantes e burocracia pública.** Relaciona-se, assim, à interação mediada por tecnologia entre a esfera da sociedade, a esfera política formal e a esfera da administração pública, com o objetivo de permitir a influência dos cidadãos – individual ou coletivamente – nos resultados da decisão pública.

Os níveis de interação entre os atores envolvidos definiram quatro categorias, conforme a direção da participação (unidirecional, bidirecional, polidirecional) e sobre o estabelecimento das ‘regras do jogo’:

1	Fornecimento de informações do poder público para a sociedade.
2	Criação de canais de <i>feedbacks</i> e consultas.
3	Engajamento e colaboração de diferentes coletividades
4	Empoderamento dos cidadãos no processo decisório de políticas públicas.

O instrumento de pesquisa foi formulado com dez grupos de questões que definiram dimensões das iniciativas governamentais de eParticipação: 1) Identificação da iniciativa e controle da pesquisa; 2) facilidades ao cidadão; 3) presença em redes sociais; 4) temporalidade; 5) atores; 6) tipos de interação; 7) resultados; 8) escopo da participação e seleção do público; 9) comunicação e decisão; 10) extensão da autoridade e poder decisório.

Com o pressuposto de que não se poderia estabelecer a priori se uma iniciativa governamental era de participação digital ou

não e deixando tal característica ser respondida pelo governo consultado, a coleta das iniciativas se deu por meio de contato telefônico com os governos e pedido de informação, amparado na LAI. Adicionalmente, buscou-se iniciativas em um mecanismo de busca (Google). Não foram consideradas as iniciativas que se restringiam à criação de perfis nas redes sociais e ao uso de plataformas colaborativas que não de iniciativa governamental, assim como as consultas públicas.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Foram listadas 18 iniciativas de participação digital, sendo a maior concentração nos governos municipais (11 experiências).

As iniciativas estão sendo desenvolvidas sob gestões do PT (9) e do PMDB (6). Outros partidos que desenvolveram experiências de participação digital sobre as suas gestões foram o DEM, PDT e PSB (1). As iniciativas se caracterizam por não serem institucionalizadas por legislação específica, sendo que a existência das experiências depende da vontade política do governante e da conjuntura política local.

FACILIDADES

A 'Ferramenta de Busca' é a facilidade mais presente, seguida por 'Perguntas Frequentes' e 'Mapa do Site'. Poucas iniciativas fornecem uma seção de 'Suporte e/ou Ajuda'. Algumas poucas possuem versão como aplicativo para celulares ou tablets. Há variação na disponibilização das ferramentas facilitadoras: enquanto uma iniciativa não possui nenhuma facilidade, outras possuem uma grande variedade. A presença de facilidade é importante para tornar os sites e as experiências de participação mais atrativas, fáceis de serem compreendidas e eficientes.

REDES SOCIAIS

Em relação à interação com as redes sociais, seja para difusão da iniciativa, seja para aproximação com o cidadão, foi percebido que 13 das 18 iniciativas possuem pelo menos um perfil em redes sociais. As 5 iniciativas que não possuem perfil próprio em alguma rede social são parte de plataformas que se incumbem da divulgação das informações. Assim, todas as iniciativas pesquisadas possuem alguma forma de divulgação nas redes sociais. As mais comuns são Facebook, Twitter e YouTube.

PERIODICIDADE

No que diz respeito à periodicidade, 10 foram classificadas como permanente e de fluxo contínuo, 7 são sazonais pois ocorrem periodicamente e se repetem de tempos em tempos e 1 foi classificada como ocasional, ocorreu uma vez e não há previsão aparente de novas versões. Das 18 iniciativas pesquisadas, 11 delas estão ativas.

ATORES

A quase totalidade das iniciativas pesquisadas (16 das 18) são de ampla participação. Das duas experiências direcionadas a um público específico, uma é restrita a técnicos governamentais e gestores públicos e a outra a funcionários do governo, especialistas, mídia, 'blogueiros' e representantes de associações civis.

Em geral, não se demanda cadastramento para acesso ao conteúdo, mas há exigência de cadastro caso o usuário queira gerar algum conteúdo.

INTERAÇÃO

Um grande indicativo da interação se relaciona com as 'Ferramentas de participação' oferecidas pela iniciativa. Todas as experiências utilizam mais de uma ferramenta, sendo o 'Fórum de discussão', o 'Webcast' e

as 'Comunidades Virtuais' as ferramentas mais comuns, (figura 1):

O tipo de atividade que é possibilitada é outro indicativo do nível de interação proporcionado por uma iniciativa de participação digital. As atividades ligadas à 'Exposição de preferências' e 'Proposição de atividades' são as mais frequentes. As menos frequentes são as que possibilitam a 'Agregação de preferência', a 'Negociação' e o 'Gerenciamento de atividades'. A participação individualizada é privilegiada, enquanto que as atividades que possibilitam diálogos, expressão coletiva de vontades ou deliberações entre os participantes são ainda pouco ofertadas



Figura 1 - Ferramentas

Em 11 das 18 iniciativas pesquisadas, a participação do representante governamental no processo de participação é claramente declarada.

O tipo de interação preponderante é o consultivo, geralmente como um tipo de participação mais individualizada do que como ação coletiva.

RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO

Em relação às áreas em que a participação pode ter influência' percebeu-se que somente 'Fornecimento de informações' e 'Consulta' foram encontrados em mais da metade das iniciativas. Pouquíssimas são as experiências que tem o 'Planejamento de território', a 'Construção de comunidades', a 'Votação' e a 'Deliberação' como resultados da participação dos cidadãos. Nenhuma iniciativa em 'Mediação de conflitos', 'Ação coletiva', 'Opinião pública', 'Propaganda eleitoral/campanha' ou 'Discurso'.

Doze das dezoito iniciativas têm conexão com formas de participação presencial (audiências públicas, conselhos, orçamento participativo, conferências etc), sendo que várias delas possuem conexão com mais de uma forma de participação fora do mundo digital.

Em relação à influência da participação nos processos decisórios de políticas públicas, tentou-se observar em quais fases do ciclo de políticas públicas – mesmo sabendo das restrições deste modelo circular - as iniciativas estavam diretamente vinculadas. Percebeu-se que poucas experiências possuem resultados vinculantes, sendo que seus resultados são utilizados de forma a privilegiar a tomada de decisões publicamente orientadas principalmente nas fases de formação de agenda e de formulação de políticas, ou seja, fases anteriores à efetiva tomada de decisão.

CUBO DA DEMOCRACIA

As iniciativas de eParticipação também foram classificadas de acordo com o 'Cubo da Democracia' (Fung, 2006). O cubo demonstra que tais iniciativas podem ser classificadas em três dimensões: quem participa ('escopo da participação'); como os participantes se comunicam uns com os outros e decidem as questões discutidas ('modo de comunicação e de decisão'); e como as discussões se relacionam com políticas ou ações públicas ('extensão da autoridade'). Como resultado, tem-se que as iniciativas analisadas tendem a ser aberta, sem restrição ou priorização de

públicos específicos, dispersas quanto ao modo de comunicação e decisão e com influência comunicativa no governo (figura 2).

A figura demonstra que as iniciativas de eParticipação, no Brasil:

- estão concentradas em níveis menos restritivos em relação aos métodos de seleção de participantes, sendo que apenas três delas estão fora dos dois níveis que foram considerados como 'públicos', ou seja, 'Auto seleção' e 'Esfera pública difusa';

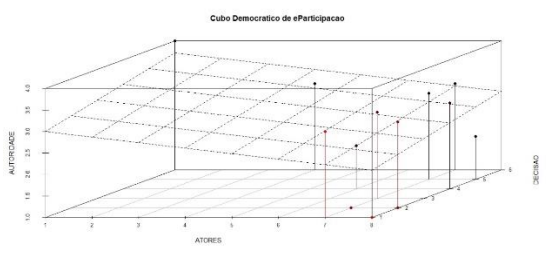


Figura 2 - Cubo da eDemocracia

- estão concentradas em níveis medianos em relação à extensão de autoridade e poder sem, contudo, atingir patamares que indiquem que as experiências estão influenciando diretamente a ação pública;
- a única iniciativa que concentra um alto grau de autoridade ('Cogovernança') é totalmente restrita em relação ao público participante, sendo dirigida apenas a gestores públicos e políticos eleitos;
- estão graficamente dispersas em relação aos modos de comunicação e decisão, indicando que cada iniciativa privilegia níveis de interações diferentes entre governo e cidadãos.

